

Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão n.º 2024/0187/5.1T8LSB

Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing

Apelação interposta por: Dr. Ana Pereira (OA 12345) e Dr. Luís Carvalho (OA 67890), advogados de defesa de **João da Silva**, residente em Lisboa, Código-Postal 1150-234.

Requerente: Ministério Público, representado por Dr. Marta Santos (OA 54321).

Juiz de Instrução Criminal: Juiz de Instrução Criminal nº 4 do Tribunal Judicial de Lisboa.

Data de julgamento: 12 de janeiro de 2024.

1. Relatório

1.1. O Ministério Público, nos autos do processo penal n.º 2023/0456, requereu a condenação de João da Silva pela prática de **burla informática** (art. 217.º do Código Penal), com fundamento em provas eletrónicas que demonstram a utilização de técnicas de *phishing* para induzir a vítima a efetuar três transferências bancárias fraudulentas, totalizando **€ 32 000,00**, entre os dias **10 e 25 de março de 2023**.

1.2. O Tribunal Judicial de Lisboa, a julgar a ação penal, proferiu sentença condenatória a **João da Silva**, imposta a pena de **2 (dois) anos de prisão efetiva** e **pagamento de € 32 000,00** a título de indemnização à vítima, bem como a proibição de exercer a atividade profissional de gestor de contas bancárias por **5 (cinco) anos**.

1.3. Interposta a apelação pela defesa, com fundamento nos seguintes pontos:

- **I** – Violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, por suposta omissão da perícia informática nas fases de instrução.
- **II** – Inexistência de prova suficiente da autoria material, uma vez que o endereço IP utilizado poderia ter sido falsificado.
- **III** – Excesso de pena, em violação do princípio da proporcionalidade.

1.4. O Ministério Público apresentou contrarrazões, defendendo a manutenção integral da sentença, sustentando que as diligências realizadas – nomeadamente a perícia informática realizada pelo perito judicial Dr. Rui Almeida – confirmaram a autoria e que a pena aplicada está em conformidade com a jurisprudência dominante.

1.5. O presente acórdão resolve, em sede de recurso de apelação, a questão suscitada nos autos, nos termos do disposto nos artigos 607.º e seguintes do Código de Processo Penal.

2. Fundamentação

2.1. Sobre a admissibilidade da apelação A apelação foi interposta dentro do prazo legal de 20 dias úteis, nos termos do art. 607.º, n.º 1, alínea c) do CPP, sendo, pois, **regular e tempestiva**.

2.2. Sobre a violação do contraditório (Tese I) A defesa alega que a perícia informática não teria sido devidamente comunicada. Contudo, o relatório pericial, datado de 5 de outubro de 2023, foi juntado aos autos e foi objeto de **intimação** a ambas as partes, nos termos do art. 382.º, n.º 1, alínea b) do CPP. Não há, pois, que se falar em violação do contraditório, uma vez que a defesa teve plena oportunidade de contestar o laudo, o que não fez, limitando-se a apresentar alegações genéricas.

2.3. Sobre a autoria material (Tese II) A perícia informática concluiu que o endereço IP **185.23.67.112**, utilizado nas transações fraudulentas, está associado ao **router doméstico** da residência do réu, comprovado por registo de MAC address e por correlação temporal das ligações com o horário de acesso do réu ao seu computador pessoal (log de atividade de 12 a 25 de março de 2023).

A defesa sustenta a possibilidade de falsificação do IP; porém, tal alegação carece de suporte probatório. O perito destacou que a falsificação de IP requer recursos avançados, inexistentes no contexto da prática denunciada, e que a simples alteração de cabeçalho de e-mail não altera o IP de origem. A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 124/19.2T8LSB, de 12 de junho de 2020) reconhece que a mera hipótese de falsificação não basta para afastar a responsabilidade, sendo imprescindível a demonstração de prova concreta da falsificação, o que não ocorreu.

2.4. Sobre a dosimetria da pena (Tese III) A pena de **2 (dois) anos de prisão efetiva** foi fixada tendo em conta as circunstâncias agravantes previstas no art. 217.º, n.º 2, alínea a) do Código Penal (uso de meios informáticos) e a quantidade subtraída (€ 32 000,00).

A defesa invoca o princípio da proporcionalidade, argumentando que a pena efetiva seria excessiva. Contudo, a jurisprudência recente (Acórdão n.º 87/22.1T8LSB, de 3 de março de 2022) estabelece que, para crimes de burla informática com valores superiores a € 30 000,00, a pena mínima recomendada situa-se entre **1,5 a 3 anos de prisão efetiva**, podendo ser aumentada em caso de reincidência ou de vulnerabilidade da vítima, circunstâncias presentes nos autos.

Adicionalmente, a pena de proibição de exercer a atividade de gestor de contas bancárias por 5 anos está justificada pela necessidade de proteção do sistema financeiro e pela natureza específica do delito praticado.

2.5. Conclusão da fundamentação Todas as teses suscitadas pela defesa foram devidamente analisadas e julgadas improcedentes. As provas produzidas são robustas, a sentença de primeira instância está em consonância com a lei e a jurisprudência, não havendo motivos para a sua modificação.

3. Dispositivo

Vistos, relatados e discutidos estes autos, o Tribunal da Relação de Lisboa, em sessão pública, decide:

1. **Negar provimento ao recurso de apelação interposto por João da Silva**, mantendo integralmente a sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Lisboa, nos termos do disposto no art. 607.º, n.º 4, alínea a) do CPP.
2. **Confirmar a condenação** de João da Silva à pena de **2 (dois) anos de prisão efetiva**, ao pagamento de **€ 32 000,00** a título de indemnização à vítima, e à proibição de exercer a atividade de gestor de contas bancárias por **5 (cinco) anos**.
3. **Custas processuais** à carga do réu, nos termos do art. 588.º do CPP.
4. **Regime de execução:** a pena de prisão efetiva deverá ser cumprida imediatamente, nos termos do art. 61.º do Código Penal.
5. **Comunicação:** o presente acórdão será notificado às partes, devendo a defesa ser intimada para, caso queira, interpor recurso de revista no prazo legal.

Lisboa, 12 de janeiro de 2024

Juízes Relatores:

- **Dr. Rui Mendes** (Presidente)
- **Dr. Sofia Lopes**
- **Dr. Pedro Almeida**

Assinaturas:

Dr. Rui Mendes – Juiz Relator

Dr. Sofia Lopes – Juiz

Dr. Pedro Almeida – Juiz